

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECOLOGIA E COMUNICAÇÃO
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

VERA BEATRIZ DE LIMA

**ERA UMA VEZ DONA ZEZÉ E SEU EMILIO: ENTRE MEMÓRIAS E
HISTÓRIAS DA VILA OPERÁRIA DO ESTALEIRO MABILDE (1874 –
1941)**

Porto Alegre,
2015

VERA BEATRIZ DE LIMA

**ERA UMA VEZ DONA ZEZÉ E SEU EMILIO: ENTRE MEMÓRIAS E
HISTÓRIAS DA VILA OPERÁRIA DO ESTALEIRO MABILDE (1874 –
1941)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Bacharelado em Museologia - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lizete Dias de Oliveira

Porto Alegre
2015



Fonte: AAYFM. (sem data)

Para o casal Mabilde

AGRADECIMENTOS

Agradeço com todo o amor e carinho à minha filha por haver me incentivado a prestar vestibular em um momento no qual as dificuldades pareciam intransponíveis.

A minha amiga de muitos momentos alegres e tristes Janice, ou Joana como ela preferir.

Meus professores fizeram grande diferença, já que de todos recebi o melhor, não vou nominá-los para não correr o risco de omitir algum nome importante para mim. Agradeço de modo especial à “Carol”, menina que desvendou-me um mundo desconhecido e mágico bem como, a Ana Maria Dalla Zen, que mostrou para todas nós uma museologia até então desconhecida.

À minha orientadora pela paciência com que me tratou e compreendeu as deficiências por mim apresentadas.

Ao meu amigo de jornada Marcelo Stoduto Lima com quem dividia minhas angústias e alegrias.

Agradeço aos funcionários da FABICO pelo carinho e respeito com que me trataram por esse tempo em que estivemos juntos.

Um agradecimento carinhoso para Adriano Ballejos Mabilde, amigo a pouco encontrado, mas de muito tempo conhecido.

À Família Mabilde, em geral, em especial aos netos do casal Jayme Adolfo de Freitas Mabilde e Arlete Yolanda de Freitas Mabilde.

Agradeço a todos os funcionários de órgãos públicos ou privados consultados pela gentileza no atendimento.

Agradeço em fim, ao casal Mabilde e seus companheiros de jornada por haverem permitido e proporcionado o prazer de conhecê-los, mesmo com a distância temporal que nos separa.

Obrigada a todos! Mesmo aos que por ventura tenham sido esquecidos ou omitidos, neste agradecimento.

*“O olhar de Clio mudou e voltou-se para outras questões e problemas,
para outros campos e temas”.*

Sandra Jatahy Pesavento (2003, p.15).

RESUMO

Este trabalho toma como objeto de investigação as memórias acerca da história de vida da professora Maria José Fróes e seu marido Emílio Carlos Oscar Mabilde. O foco da análise centrou-se na compreensão das marcas deixadas por este casal tomando como fonte a memória dos familiares e documentos escritos sobre a trajetória pessoal e profissional de ambos. De acordo com as análises, as memórias relacionadas ao casal Mabilde permanecem vivas no imaginário coletivo dos moradores da Ilha da Pintada, Porto Alegre/RS. É através destas memórias que nos aproximamos do cotidiano do casal no final do século XIX, época na qual transformaram parte de sua casa em escola para operários e seus filhos. Na esteira da análise inicial é possível perceber o envolvimento social e educacional do casal que cria, juntamente com seus operários, um núcleo em torno do Estaleiro que recebe a denominação de Vila Operária, patrimônio material de sua história. As discussões teórico-metodológicas situam-se em torno dos conceitos de História, Memória e Representação.

Palavras-Chaves: História, Memória, Representação, Ensino das primeiras letras, Estaleiro Mabilde.

ABSTRACT

This work takes as the object of investigation the recollections about the life story of teacher Maria José Fróes and her husband Emilio Carlos Oscar Mabilde. The focus of the analysis has focused on understanding the marks left by this couple eating as a source memory of family members and documents written on the personal and professional trajectory of both. According to the analysis, the memories related to Mabilde couple remain alive in the collective imagination of the residents of the island of Pintada, Porto Alegre / RS. It is through these recollections we approach the couple's daily life in the late nineteenth century, a time in which transformed part of their home school for workers and their children. In the wake of initial analysis it is possible to realize the social and educational involvement of the couple who creates, together with its workers, a core around the shipyard that receives the name of Workers' Village, heritage materials in its history. The theoretical and methodological discussions are situated around the concepts of History, Memory and Representation.

Key Words:History, memory , representation , education of first letters, Mabilde Shipyard

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde, Ilha da Pintada/RS, 2015.	18
Imagem 2: Maria José Fróes e Imagem 3: Emílio Carlos Oscar Mabilde.....	24
Imagem 4: <i>Officina Encyclopedica</i> na Rua Sete de Setembro, ao fundo a Igreja de N. Sra. das Dores	26
Imagem 5: Estaleiro Mabilde após a transferência para a Ilha da Pintada.....	27
Imagem 6: Localização da Ilha da Pintada em relação à Porto Alegre, capital do RS.	28
Imagem 7: Localização da região onde a Vila Operária e o Estaleiro foram erguidos	28
Imagem 8: Ao fundo Vila Operária.	29
Imagem 9: Em destaque, residência do casal Mabilde em frente a caixa d'água.	30
Imagem 10: Em destaque, Emílio entre os operários, possivelmente no ano de 1915.	32
Imagem 11 Estaleiro visto do Guaíba.....	35
Imagem 12: Ilha da Pintada durante a enchente de 1941.	36
Imagem 13: Em destaque, Dona Zezé durante a inauguração do retrato do Pres. Getúlio Vargas, ano de 1941, pouco antes de seu falecimento.	37

LISTA DE SIGLAS

DF – Distrito Federal

RS – Rio Grande do Sul

AWMD – Acervo de Werner Mabilde Dullius

AAAYFM – Acervo de Arlete Yolanda de Freitas Mabilde

AJAFM – Acervo de Jayme Adolfo de Freitas Mabilde

AZNMF – Acervo de Zilá Noeli Mabilde Falci

AABM – Acervo de Adriano Ballejos Mabilde

AAAPIP – Associação dos Amigos, Artesãos e Pescadores da Ilha da Pintada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO	16
3 ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	20
4 A EDUCADORA MARIA JOSÉ FRÓES	24
4.1 <i>A Officina Encyclopedica</i> e a Ilha.....	25
4.2 Lembranças e Recordações de D. Zezé e Seu Emílio.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Em 1835, através da Lei nº 10, de 4 de abril, o governo provincial havia criado em Niterói, Província do Rio de Janeiro/DF, a primeira Escola Normal estabelecendo como critério de admissão “ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração¹ e saber ler e escrever” (PROVÍNCIA, 1839, p.22), além de outros requisitos que deveriam ser atendidos para que um indivíduo pudesse candidatar-se a vaga de aluno, bem como comprometer-se a exercer o magistério após haver se formado. Sucessivamente, as Províncias foram se adaptando e organizando seus Regulamentos de Instrução Pública à legislação Imperial. Em 1869, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul funda uma escola sob a direção do Padre jesuíta Joaquim Cacique de Barros (1831- 1907) a partir da fusão de duas instituições assistenciais. Essa foi a primeira escola Normal da Comarca de Porto Alegre/RS, e possuía como objetivo preparar professores de “ambos os sexos para a instrução primária” (WERLE, 2005, p. 612).

Maria José Fróes, a personagem enfocada neste trabalho, frequentou a Escola Normal da Comarca de Porto Alegre/RS, em 1874, ou seja, em uma época na qual, de acordo com Louro (2001), as escolas normais brasileiras sofreram um considerável aumento no número de matrículas de mulheres. A autora enfoca que “pouco a pouco os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens” (LOURO, 2001, p. 449). Desta forma, Maria José tornou-se uma das primeiras professoras públicas a lecionar na Ilha da Pintada, quando surgiu uma vaga para a “cadeira do masculino da Ilha”². Cabe ressaltar que nesta época, o magistério era considerado uma profissão masculina e a docência feminina lentamente tomou lugar na educação, tendo em vista os impedimentos morais da época que consideravam inadequado que meninas fossem educadas pelos professores homens. Assim, podemos questionar o que levou esta jovem a deixar a vida de recém casada para ingressar na “cadeira do masculino”? Qual terá sido a influência desta experiência no desenvolvimento do projeto que anos mais tarde a levou a alfabetizar os operários

¹ Segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa de Silveira Bueno. Edição FTD, Atualizada. Morigerar, v.t. Moderar os costumes de; dar bons costumes a. 1996, p. 441.

² Designação oficial usada nos Livros da Instrução Pública. Havia algumas aulas com instrução apenas para meninos, por exemplo, a escola da Ilha (Livro de Correspondências Expedidas nº 12, 1877 – 1881-Comarca de Porto Alegre/RS).

da vila? Estas e outras questões ainda esperam por respostas, fatos que talvez demonstrem um protagonismo desta mulher. Sua trajetória está intimamente ligada à história, memória, cultura e identidade da Ilha da Pintada, especialmente na parte sul onde está localizada a Vila Operária e o Estaleiro que empregava um grande número de pessoas com origens diversas. Ainda hoje, os moradores da Vila Operária, transmitem aos seus filhos e netos as histórias ouvidas de seus pais sobre o casal Mabilde, mesmo sem tê-los conhecido.

Como educadora sua trajetória é ao mesmo tempo, inédita e semelhante à de outras mulheres educadoras de sua época. De certa forma, difere apenas quando seu próprio lar, com o auxílio de seu marido Emílio Mabilde, foi transformado em escola para alfabetizar operários e seus filhos. Acreditavam que, com educação formal, os operários ficariam mais habilitados, para um mundo em transformação, onde a industrialização dava seus primeiros passos. O analfabetismo impedia a troca de informações e saberes dificultando a esses indivíduos reconhecerem-se como classe trabalhadora.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a visão de mundo desta professora e seu marido, para entender o que os levou a se preocuparem em diminuir o analfabetismo e auxiliar no surgimento de uma nova consciência de classe, a proletária. Especificamente, queremos entender a contribuição social e educacional do casal ao capacitar intelectual e profissionalmente aqueles que os acompanhavam. E, assim, compreender as transformações ocorridas na Vila Operária pela capacitação e alfabetização de operários, fato que os levou a identificarem-se como classe trabalhadora e produtiva. A partir dessas questões, busca-se interpretar os esforços da coletividade para reconhecerem-se como pertencentes ao espaço que ocupavam, uma vez que todos eram migrantes, com etnias e origens diversas. As mudanças prenunciadas pelo século XX eram profundas, a capacidade de trabalho da população não era reconhecida, na industrialização que se iniciava, a vida dos operários beirava a escravidão.

Este objeto de estudo surgiu quando a prof^a. Ana Maria Dalla Zen organizou e coordenou um Projeto de Extensão *Mulheres, Trabalho e Memória*, na Ilha da Pintada, do qual participei como bolsista. Não conhecíamos a Ilha, menos ainda, o Estaleiro Mabilde, o primeiro lugar que visitamos para conhecermos o lugar foi a Associação dos Amigos, Artesãos e Pescadores da Ilha da Pintada (AAAPIP). Na Associação começamos a desvendar um pouco das histórias que envolvem àquela

comunidade, em conversas com o senhor Estevão. Posteriormente, fizemos uma visita às instalações do Estaleiro, acompanhadas das senhoras Lourdes e Santa, que narraram alguns episódios vividos naquele espaço em tempos passados. Durante o desenvolvimento do projeto ao programarmos “rodas de memórias”, descobrimos entre nossos amigos, um dos bisnetos do casal Mabilde, o senhor Adriano Ballejos Mabilde e, a partir dele e de seu pai, travamos um conhecimento mais íntimo com Dona Zezé e seu Emílio.

A narrativa sobre a vida do casal está baseada em lembranças que sua nora registrou em um pequeno livro de memórias da família. A memória coletiva também fez parte desta pesquisa, já que mesmo sem tê-los conhecido muitos dos antigos moradores da Ilha referem-se ao casal recontando histórias ouvidas sobre Dona Zezé e Seu Emílio, de seus pais ou avós. A escrita do passado é apenas memorável, como traços que nos chegam de outros tempos, não mais passível de re-experimentação ou observação, sendo apenas um “ter sido”, como mencionado pela professora Sandra Pesavento (2003).

O primeiro capítulo fará alusão às dificuldades enfrentadas pelo Governo Central para a implantação e manutenção de escolas de ensino das primeiras letras³, bem como os esforços empreendidos para a formação de professores capacitados, culminando com a criação da Escola Normal de Porto Alegre/RS. O capítulo seguinte discorrerá sobre as origens do casal Mabilde e, o modo como eram influenciados pelas transformações sociais e econômicas do final de século XIX, mas acima de tudo, o desejo de capacitar e profissionalizar os operários, a fim de instrumentalizá-los como classe trabalhadora e produtiva. O próximo capítulo trará uma visão da Vila Operária, como coletividade, o trabalho, a socialização, a religiosidade e os esforços realizados pela comunidade para reconhecerem-se como pertencentes ao espaço que ocupavam.

Os dados analisados foram coletados em jornais, teses, dissertações, livros e entrevistas que cobriam o contexto pesquisado. Algumas das fotos reproduzidas pertencem ao acervo da família, bem como o levantamento genealógico que falamos algo sobre a juventude de Emílio Mabilde ao iniciar sua profissionalização. A certidão de casamento do casal pertencente ao Acervo da Cúria Metropolitana, também foi consultada. Nos Livros de Atas e Livros de Correspondências Expedidas

³ O Ensino das primeiras letras significava: “ler, escrever e contar”.

da Comarca de Porto Alegre/RS, de propriedade do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho examina-se a trajetória profissional da professora pública Maria José Fróes. A dissertação de Adriano Ballejos Mabilde informou-nos sobre a trajetória do empreendedor Emílio Carlos Oscar Mabilde. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul dispõem de uma farta documentação, não utilizada, pois se refere a partilhas, inventários e outros atos que não teriam significação para este estudo, no momento. Outros documentos que talvez pudessem ser analisados perderam-se durante a enchente de 1941⁴, segundo informações da família. Mantivemos conversas com alguns moradores da Vila Operária, bem como com netos e um bisneto do casal. Acreditamos que, a partir da pesquisa realizada, as lacunas existentes possam ser preenchidas através da narrativa e do contexto. Para a fundamentação teórica apropriamo-nos dos conceitos de História, Memória, Identidade e Representação, sem os quais não seria possível este trabalho biográfico.

Ao escolhermos a professora Maria José Fróes como personagem principal, entendíamos que seria possível narrar sua trajetória utilizando as representações em torno de sua figura e a memória que os moradores da Vila Operária fazem questão de preservar sobre ela. No entanto, tivemos grande dificuldade, pois sempre que tentávamos historiar sua caminhada verificávamos a incompletude do que queríamos contar. Após muitos tropeços entendemos que para biografá-la, precisávamos conhecer e compreender também seu companheiro de jornada Emilio Carlos Oscar Mabilde, com o qual foi casada por quarenta anos. Para relatarmos a história de vida do casal escolhemos o período logo após seu casamento. Esta pesquisa constitui-se, de uma biografia, gênero historiográfico:

[...] ressurgido nas últimas décadas, principalmente aquela de tendência micro-histórica⁵, não se limita, em seus objetivos à análise da vida de um indivíduo, mas se propõe partir deste para as redes de relações que o envolvem e das quais faz parte” (SILVA, 2006, p. 34).

⁴ As águas do Lago Guaíba invadiram a cidade e as ilhas, durante três semanas de chuvas que atingiram quatro metros e setenta e cinco centímetros. www.curtapoa.com.br – Acesso: 14/12/2015 às 21h 15min

⁵ Micro-história não assume status de disciplina autônoma ou escola, ou possui um corpo de proposições unificadas. Constitui-se como uma experiência de pesquisa, uma “reformulação de procedimentos”, um “sintoma”, uma “reação a um momento específico da história social” (Levi, 2000 apud Silva. 2006, p. 28).

Este é um promissor meio de mostrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida, dentre outras definições (BORGES, 2005). Sendo assim, “[...] é, pois um terreno onde a tensão e a negociação entre o indivíduo e a sociedade se revelam, onde as escolhas pessoais e as regras sociais se defrontam” (LEVI *apud* SILVA, 2006, p. 29). Segundo Haiké Roselane Kleber da Silva (2006), sendo o indivíduo singular e original opondo-se a regularidade do social, vidas não podem ser compreendidas por desvios ou peculiaridades, mas, ao contrário são justificadas pelo contexto histórico em que ocorreram. A biografia elege um indivíduo, mas, considera o conjunto da sociedade que o cerca, o contexto onde a liberdade individual se manifesta.

Este contexto, respeitado os “limites, é o espaço de formulação e implementação de projetos, permitindo ao indivíduo conduzir sua trajetória” (SILVA, 2006, p. 30). A partir das perspectivas apresentadas, o casal Mabilde participa na promoção de projetos com objetivos educacionais que impulsionam a promoção de uma identidade de classe para os trabalhadores, bem como auxiliam o grupo de migrantes a sentirem-se pertencentes ao lugar para o qual transferiram suas famílias e esperanças. De acordo com os autores acima, há três tipos de biografias, a clássica, a romântica e a moderna. É deste último tipo que iremos tratar, já que é uma representação do passado entendida como história, memória, signos criados sobre determinadas pessoas e realidades. Um tempo vivido, mas por nós desconhecido e do qual vemos apenas partes, fragmentos. Sendo assim, não é exatamente o tempo passado, mas uma representação do tempo e das histórias vividas.

2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO

Recordar não é história, mas um elemento da memória, a partir do qual a História, pode contar algo sobre a realidade social ou individual. Para Maurice Halbwachs (2011) não sendo a história tudo que resta do passado, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se renova através do tempo na qual podemos encontrar correntes antigas que desapareceram apenas na aparência. Provavelmente, isso acontece quando olhamos o legado deixado pelo casal Mabilde, para os moradores da Vila Operária, já que os membros mais velhos da comunidade preservam e transmitem para as novas gerações fatos e acontecimentos dos tempos passados. Iniciamos nossas pesquisas quando participávamos do Projeto de Extensão *Mulheres, Trabalho e Memória*, realizamos entrevistas com os moradores na AAAPIP, na Art'Escama⁶, e na Escola Mabilde. Com alguns moradores em idade mais avançada, fizemos uma roda de memórias sobre o Estaleiro, que contou com a participação do Sr. Jayme Mabilde, neto do casal e seu filho Adriano Mabilde. Dentre todas as pessoas entrevistadas apenas o Sr. Jayme conheceu a professora Dona Zezé, estava com doze anos quando a mesma faleceu. A partir deste primeiro contato com o tema procuramos os acervos oficiais, bem como toda a informação que pudéssemos encontrar em teses, dissertações, revistas e jornais. Usamos como técnica a observação participante, anotando e registrando fatos relevantes para a nossa pesquisa.

O historiador ao eleger fatos distanciados no tempo, pretende que a narrativa construída em torno deles, tenha a presunção de verdade, porém, ao expor a temporalidade transcorrida constrói uma representação ou uma reconstrução do acontecido, como habitualmente fazem os velhos habitantes da ilha (PESAVENTO, 2003).

Como representação a narrativa se coloca no lugar do que aconteceu atribuindo-lhe uma significação, um valor, porém, ao reconstruir o tempo vivido através da fala ou da (re) escrita possibilita o reconhecimento e a identificação com o uso da imaginação própria e dos que o cercam. Trabalhando com fragmentos os fatos narrados não podem mais ser observados ou (re) experimentados são apenas memoráveis (PESAVENTO, 2003, p. 36). Sendo assim, os acontecimentos narrados

⁶ Loja de artesanato localizada na Ilha

têm como suporte a memória coletiva ou individual, herdeira na recordação dos fatos vividos, que fracionados e idealizados chegam ao tempo presente.

Fato semelhante acontece com a Museologia, com menciona Mário Chagas (2005) que através do estudo da relação do homem com a realidade que o cerca, conserva e preserva representações do ambiente material e imaterial, vinculando presente/passado, como um tesouro que já existiu construído por mãos humanas. O historiador e, também o museólogo, trabalham com fragmentos que lhes chegam de outros tempos, como evidência de um passado que precisa ser (re) construído (PESAVENTO, 2003). Para a autora, a representação tem um sentido ambíguo já que não é uma cópia do real, mas uma construção feita a partir dele, sendo portadora do simbólico e contendo sentidos ocultos que são internalizados social e historicamente através da construção. Os signos são registros que expressam ideias, realizadas construídas que reaparecem através dos tempos, já que “registros humanos não envelhecem” (PANOFSKY, 2001, p. 24).

Tudo é próprio dos homens, sendo deles dependentes, por eles produzidos, marcando sua presença, suas atividades, seus gostos, seu meio ambiente, sua história, elementos testemunhais de sua presença no mundo. Para Sandra Pesavento (2003), a força da representação está na capacidade de mobilização, reconhecimento e legitimação social, na construção de um mundo paralelo de sinais sobre a realidade. Após criarmos laços de amizade com antigos moradores, ao conversarmos sobre o passado da Vila suas narrativas permitem que através da imaginação possamos imaginar os fatos vividos, e internalizados pela memória herdada de seus pais e avós. A maioria não havia nascido ou eram pequenos demais pra recordar os fatos aqui apresentados.

A Museologia tem como objeto o homem, sua história, memória registrada e preservada em sua passagem pelo mundo. Marília Xavier Cury (2009) menciona que sendo uma disciplina em formação, deslocou seu objeto de estudo dos museus e das coleções para o universo das relações, como a relação do homem e a realidade que o cerca.

Ao recordarmos confeccionamos representações de nós mesmos, daqueles que nos são caros, daqueles que conhecemos por ouvir falar, para os que nos rodeiam e para o futuro. Segundo Mário Chagas (2002),

[...] memória é um fenômeno construído coletivamente, no presente, sujeito a transformações e mudanças constantes, que por meio da socialização política ou histórica, projeta-se ou identifica-se com determinado passado, permitindo assim, que comunidades falem a respeito de uma “memória herdada”. [...] sendo o poder semeador e promotor de memórias e esquecimentos, [...]. (CHAGAS, 2002, p.36).

Ainda na mesma linha, o professor Mário Chagas (2002), afirma que a memória é construída, não estando nas coisas, mas entre os seres e as coisas. Assim sendo, através de práticas sociais estabelecidas pelos próprios sujeitos esquecimento e memória trabalham juntas na construção de força, na construção do poder, criando um sentimento de identidade. Rememorar acontecimentos passados e compartilhá-los traz consigo o conceito de “vigilância comemorativa” (NORA, 1993, p. 13), pois é um modo de não deixar esquecer, de permitir que tais recordações não desapareçam. A comunidade da Vila Operária tem esses critérios estabelecidos, por encontrar-se isolada em um espaço, possuem um sentimento de identificação e pertencimento que os legitima e diferencia dos demais moradores da Pintada, a memória histórica que preservam refere-se ao Estaleiro e a Escola (Imagem 1).



Imagem 1: Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde, Ilha da Pintada/RS, 2015.
Fonte: Google Imagens

Os traços do passado estão visíveis nos lugares, no modo de pensar e sentir dos moradores na atualidade, resquícios de outros tempos, impressos na memória coletiva como uma comunidade antiga. Os moradores procuraram conservar as imagens e as marcas dos idealizadores, entretanto tudo se transforma e adquire uma aparência nova. Os velhos moradores possuem relíquias guardadas e

preservadas dos tempos em que o Estaleiro ainda estava em atividade, por exemplo, moedas que foram cunhadas com a finalidade de identificar os operários e que ao mesmo tempo valiam para compras, os vales utilizados nos armazéns da Vila. Conservam também outros artefatos, tesouros mostrados apenas para alguns estranhos. A escola é uma instituição de conservação do patrimônio, dando ao mesmo, visibilidade através de visitas esporádicas ao que resta do Estaleiro e, áreas diversas da Vila Operária. Ao mesmo tempo, prepara para o futuro a memória que será preservada, através de contos e histórias de outros tempos. No campo da sociabilidade continuam reunindo-se e celebrando, como faziam antigamente. Possuem hoje, uma Escola de Samba com o nome de *Unidos do Pôr-do-Sol*, que no ano de 2008, levou para a avenida o samba enredo Maria José Mabilde, de autoria de Jair Silva, o Jair da Ilha, rememorando a história do Estaleiro e a instituição da escola. A religiosidade continua forte como antes, agora possuem uma Capela, dedicada à Senhora dos Navegantes. No campo Umbandista seus adeptos conseguiram um espaço junto ao Guaíba, onde será colocada uma imagem “Oxum”, sincretismo de Nossa Senhora da Conceição.

3 ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O século XIX protagonizou grandes transformações sociais e culturais em todo mundo ocidental quando o capitalismo tomava uma nova versão, com a industrialização de produtos e a criação de fábricas que modificavam toda a relação de trabalho. Naquele tempo a população brasileira era eminentemente rural iniciando um longo processo de migração para as cidades, que culminaria com a formação de grandes aglomerados urbanos. Os trabalhadores do campo, os recém-libertos e as massas de imigrantes que chegavam, acreditavam que as oportunidades de trabalho nas cidades seriam maiores e melhores. Na sua maioria eram pessoas analfabetas e que encontravam nas cidades condições de trabalho piores do que àquelas que tinham nos seus lugares de origem.

Inglaterra e França haviam adotado métodos de alfabetização que pretendiam resolver o problema do analfabetismo num curto espaço de tempo, com baixos custos de execução, empregando apenas um professor. O Governo Central brasileiro importou as estratégias européias para que o ensino fosse ministrado à totalidade da população. Uma das primeiras medidas adotadas encontra-se na Decisão n. 11 de 29 de janeiro de 1823, na qual o Imperador autoriza o Sr. Nicolau Diniz José Reynaud⁷, a estabelecer uma aula de ensino mútuo na Província do Rio de Janeiro/DF, Paróquia de Sacramento, dependências da Escola Militar. Maria Helena Camara Bastos (1997) menciona que o método de ensino adotado é monitorial, ou seja:

[...] consiste que o professor instruí e dirige simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira, mais ou menos homogênea de acordo com o seu grau de instrução. [...] Nos métodos de ensino individual e simultâneo, o agente de ensino é o professor. No método mútuo a responsabilidade é dividida entre o professor e os monitores visando uma democratização das funções de ensinar [...] (BASTOS.1997, p. 117).

O curso proposto pelo Imperador era pensado para militares, mas em alguns casos a população civil poderia ser admitida. Havia, no entanto, a obrigatoriedade de

⁷BRASIL.Decisão n. 11 de 23 de janeiro de 1823, p.7.Coleção das Leis do Império do Brasil de 1823. Parte II. Rio Janeiro. Tipografia Nacional, 1887.

que ao concluir sua instrução o aluno voltasse à sua Província de origem ou aceitasse ser empregado em outra, que ainda não tivesse um estabelecimento dedicado ao ensino das primeiras letras⁸.

O Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁹ solicita e recebe do Imperador autorização para a introdução do Methodo Lancasteriano, já que “[...] um só professor é suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de 500 e até mil alunos [...]” (BASTOS, 1997, p.117). As Províncias de São Paulo e da Bahia já haviam, meses antes, feito a mesma solicitação. Para Bastos (1997), as Províncias poderiam lançar mão do subsídio litterario¹⁰ para o pagamento das despesas de implantação da escola e manutenção do ordenado do professor¹¹. Ainda segundo, a professora:

O método mútuo é uma etapa da história da instrução pública e das escolas de primeiras letras no Brasil, como parte do processo de incorporação das modernidades dos países centrais, em fase de industrialização e, conseqüente, formação de cidadãos adaptados a essa realidade (BASTOS, 1997, p.133).

O Governo Imperial preocupava-se com o ensino das primeiras letras e tinha presente às dificuldades que a implantação de escolas acarretava. Em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Geral Legislativa elabora e o Imperador sanciona uma Lei, mandando “criar escolas de primeiras letras em cidades, vilas e lugares mais populosos” (BRASIL, 1878)¹². O processo de implantação desta Lei não foi automático, bem ao contrário, foi lento e burocratizado, as Províncias dependiam da aprovação da Assembléia Geral e do Imperador.

Para os historiadores da educação, como André Paulo Castanha (2007), tal método fracassou no Brasil por razões diversas, dentre elas o número diminuto de

⁸BRASIL. Decreto n. 69 de 29 de abril de 1823. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1823. Parte III. “Manda tirar dos corpos de linha das Províncias um ou dous indivíduos para frequentarem nesta Côrte as escolas do ensino mutuo pelo methodo de Lancaster” p.52. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional.

⁹A denominação Província do Rio Grande do Sul é usada nos documentos oficiais do Império, pesquisados. Já a documentação oficial do Estado adota a denominação Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Subsídio literário, tributo destinado a custear as reformas no campo da instrução promovido pelo Marquês de Pombal, 1772. Vinculado a um determinado valor por quantidade de um determinado produto vendido (Monlevade. 2001 apud Silva e Braga, 2010).

¹¹BRASIL. Decisão n.258 de 9 de novembro de 1825. Autorização a introdução do método Lancasteriano nas escolas da Província do Rio Grande do Sul. Decisões do Governo do Império do Brazil de 1825.- Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1885.

¹² BRASIL.Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p.71-73.

alunos, o que tornava o trabalho do professor individualizado. Por muito tempo ainda, as províncias permaneceriam sem professores, sem locais apropriados e material adequado para a instrução elementar.

Os imigrantes alemães ou italianos apoiavam-se na religião e a partir dela criavam escolas comunitárias organizadas e administradas com liderança e apoio religioso. Com aulas na língua natal, sem a interferência do Estado. O pai de família imigrante que tivesse condições assumia o cargo de professor, o governo não inspecionava o ensino aplicado, assim como não interferia na administração das colônias. Preocupados com a falta de professores habilitados, os padres jesuítas insistiam na criação de uma escola que pudesse preparar os indivíduos para este ofício. Segundo, Alfredo Heinz (2000),

Os imigrantes estavam preocupados com questões que poderiam provocar a própria decadência e o emburrecimento. Acreditavam que se organizando viveriam de uma forma mais civilizada. Para tanto promoviam encontros periódicos [...] um assunto obrigatório sempre era a **escola** (HEINZ. 2000, p.16, grifo do autor).

Através do Ato Adicional nº 16, de 12 de agosto de 1834, a Câmara de Deputados aprovou a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, que tinham o poder de legislar sobre economia, justiça, educação e outros. Essa era a autonomia que o grupo político, constituído por liberais moderados e exaltados, que assumiam o governo após a abdicação de Dom Pedro I, propunham para fortalecer o poder das Províncias. A partir de então, cada Província passa a legislar sobre ensino primário e secundário, em seus territórios, mas não havia professores disponíveis e sequer locais apropriados para escolas.

Após anos de discussões o então Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, barão João Sertório criou uma Escola Normal, convidando o Padre jesuíta Joaquim Cacique de Barros para dirigir, organizar, providenciar seu regulamento interno, além de lecionar várias disciplinas. A importância social da Escola favorecia a formação de cidadãos e sua profissionalização, portanto, era objeto de disputa entre “os agentes do campo de poder” (DESAULNIERS, 1995, p.108).

A criação da Escola Normal, através da Lei n. 648 de 1857, foi fruto da união de duas instituições assistenciais que atendiam jovens desamparados e promoviam sua profissionalização: o Colégio de Santa Tereza e o Asylo de Santa Leopoldina.

No entanto, apenas em 1869, no mês de abril a escola torna-se realidade, abrindo suas portas. Para Desaulniers (1997), preocupado com o aumento populacional da Comarca de Porto Alegre/RS, acelerado pela industrialização, o professor Padre Caciue altera a grade curricular da Escola instituindo um novo conjunto de saberes, buscando inculir em seus alunos que “instruir e formar a população é o objetivo maior para o educador” (DESAULNIERS, 1997, p.106).

Há muito, Maria José Fróes almejava tornar-se professora, assim com o advento da Escola Normal, tornou-se aluna da sexta turma. Seu professor Padre Caciue entendia que todas as pessoas deveriam ser instrumentalizadas de forma a que tivessem uma profissão e que esta uma vez escolhida promovesse com dignidade sua subsistência e bem estar.

4 A EDUCADORA MARIA JOSÉ FRÓES

Maria José Fróes (Imagem 2), filha do Capitão José Henrique da Silva Fróes e Dona Castorina Felicidade Azevedo Fróes, nasceu em 9 de maio de 1857, na Comarca de Rio Grande/RS, bairro Macega, na Escola dos Imperiais Marinheiros. O pai de Maria José era militar e também professor. Sabemos muito pouco sobre sua infância. Como a documentação de que dispomos menciona apenas a fase adulta de sua vida, e grande parte dos registros existentes foram perdidos na enchente de 1941, quando sua residência foi invadida pelas águas. Nosso relato começa a partir do seu ingresso na Escola Normal de Porto Alegre/RS.

A jovem Maria José, ingressa na Escola Normal de Porto Alegre em 3 de agosto de 1874, com 17 anos, formando-se professora pública três anos após, em dezembro de 1877. Nesse momento o Curso Normal era profissionalizante e de contratação imediata. Em 2 de março de 1878, enquanto aguardava nomeação, casou-se com Emílio Carlos Oscar Mabilde (Imagem 3), nascido em 18 de fevereiro de 1856, em São Leopoldo/RS, filho do Tenente Coronel Pierre François Alphonse Mabilde e Dona Maria Luiza Ertel. Segundo levantamento genealógico realizado por Werner Mabilde Dullius em 2005, o casal teve dezenove filhos, dos quais sobreviveram apenas sete.

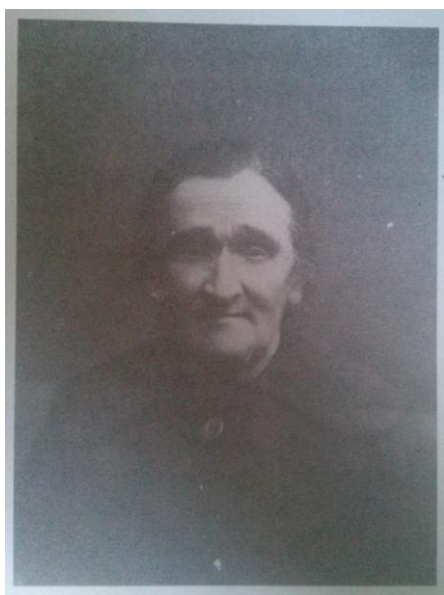


Imagem 2: Maria José Fróes
Fonte: AABM (sem data)



Imagem 3: Emílio Carlos Oscar Mabilde
Fonte: AABM (sem data)

Três meses após seu casamento, Maria José foi nomeada para a Estação Maratá/ Brochier /RS, em 13 de junho de 1878, assumindo imediatamente a escola e para lá transferindo sua residência. Apesar de ser uma região rural e de origem alemã, a professora Maria José não teria tido dificuldades, pois dominava o idioma. Emílio por essa época trabalhava como 2º maquinista no Vapor Teutônia¹³.

Tempos depois, a professora Maria José foi removida para lecionar no masculino da Ilha Pintada que estava fechada por falta de responsável. A casa, que era utilizada como escola e residência estava aparelhada. O poder público temeroso em avariar o equipamento opta por mantê-lo no local enquanto aguardam o novo professor, conforme *Officio da Instrução Pública Asylo de Santa Leopoldina* (Livro 12. 1877, p. 52). Em sua primeira passagem pela Ilha permaneceu por apenas um ano, mas mesmo após sua remoção para outras regiões da cidade continua a visitá-la, acalentando o sonho de retornar para junto dos amigos que lá havia deixado. Outras duas vezes, Dona Zezé seria removida por determinação do Presidente da Província, até que acometida de grave enfermidade pediu aposentadoria, no ano de 1896. Seu marido Emílio Carlos Oscar Mabilde desvincula-se de seu trabalho no *Lloyd Brasileiro*¹⁴ no mesmo ano. Começa a partir de então, o trabalho de vida da educadora e sua volta para a Ilha da Pintada.

4.1 A *Officina Encyclopedica* e a Ilha

Emílio Carlos Oscar Mabilde conhecia profundamente mecânica, área na qual havia sido formado, e tinha grande destreza para trabalhos manuais. Quando Emílio Mabilde contava doze anos, seu irmão Adolpho Pompilio Mabilde, ao viajar à cidade de São Leopoldo conheceu um velocípede (bicicleta) que estava em demonstração, com a denominação de *cavallo de ferro*. Fascinado e tendo obtido todas as informações necessárias ao voltar para a Colônia de Santa Cruz/RS, Adolpho e Emílio construíram uma máquina semelhante, que foi utilizada por ambos até 1896. A partir de então, começa sua vida de aprendiz de ferreiro, mecânico e por fim, maquinista.

¹³ Por essa época o transporte de pessoas ou carga era realizado por via fluvial.

¹⁴ Companhia de Navegação, com início de atividade em 1886, com o nome de Empresa Transatlântica Brasileira. www.navioseportos.com.br – Acesso: 13/12/2015 às 21h 42min

Após seu pedido de demissão do *Lloyd Brasileiro*, fundou em 27 de maio de 1896, a *Officina Encyclopedica* (Imagem 4) empresa que realizava consertos diversos em máquinas, fogareiros, lampiões e etc. Seria ele um artífice no sentido utilizado por Richard Sennett (2012) de alguém que demonstra sua autoridade através da qualidade de suas habilidades com as mãos. Devido o aumento da demanda dos trabalhos e a falta de espaço, a *Officina* é transferida para um local mais próximo ao Lago Guaíba, facilitando consertos em embarcações e, adotando o nome de Estaleiro Mabilde (Imagem 5).

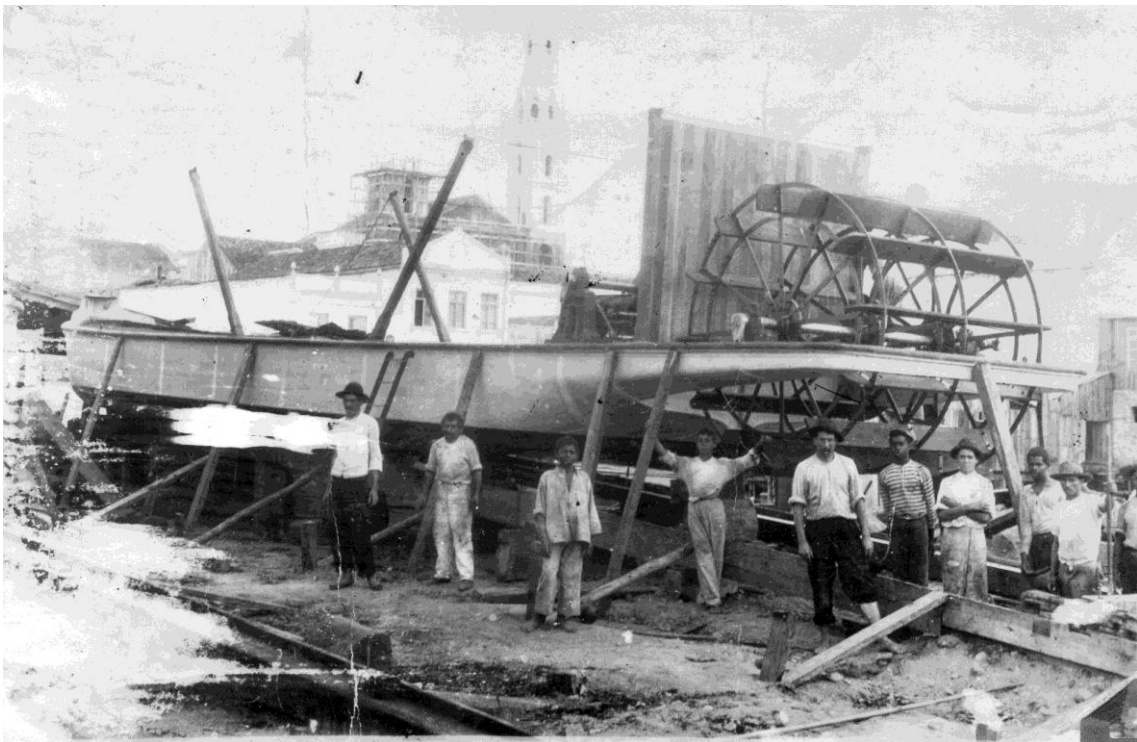


Imagem 4: *Officina Encyclopedica* na Rua Sete de Setembro, ao fundo a Igreja de N. Sra. das Dores
Fonte: AJAFM (sem data)



Imagem 5: Estaleiro Mabilde após a transferência para a Ilha da Pintada.
Fonte: AJAFM (1917).

Maria José e Emílio planejavam há muito sua volta para a Ilha da Pintada (Imagem 6), mas as condições não eram propícias por causa de seus compromissos profissionais. Os trabalhos solicitados pelo governo estadual e federal eram de monta e auxiliaram na decisão do casal, o diminuto espaço da oficina serve como motivo para a compra de um terreno na parte sul da ilha (Imagem 7). Esta área abrigará o Estaleiro em torno do qual será construída a Vila Operária, moradia do casal e dos operários. Da mesma forma, Sennett (2012) se refere à oficina como sendo “a casa do artífice” (p.67), Emílio objetivou colocar em um mesmo lugar seu trabalho, sua família e seus empregados. O trabalho era desenvolvido por ele em igualdade com os operários e, como ocupavam o mesmo espaço geográfico suas famílias formavam uma comunidade à parte no interior da Ilha.

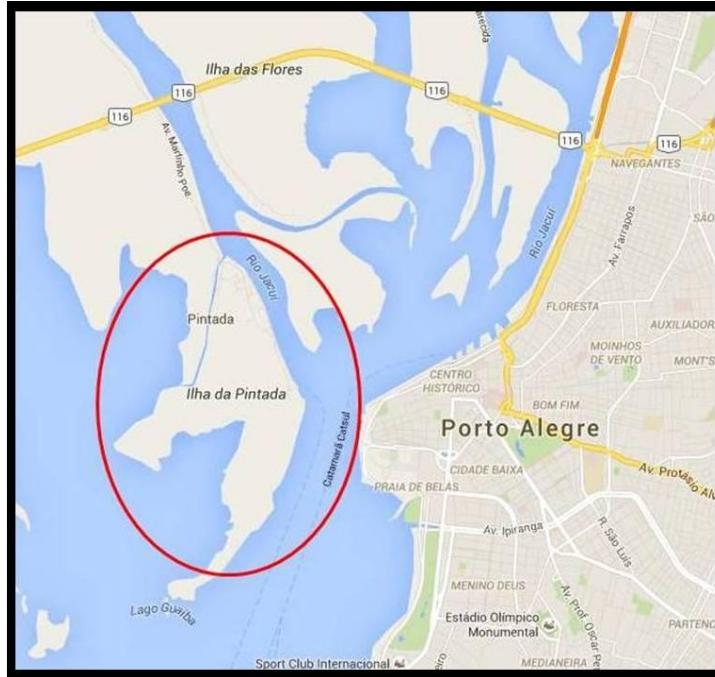


Imagem 6: Localização da Ilha da Pintada em relação à Porto Alegre, capital do RS.
Fonte: Google maps.



Imagem 7: Localização da região onde a Vila Operária e o Estaleiro foram erguidos
Fonte: Google maps.

A vila (Imagem 8) arquitetada pelo casal pretendia ser auto-suficiente. As casas distavam aproximadamente 50 metros das oficinas, algumas eram de madeira outras de alvenaria, habitadas em sua fase inicial pelos oitenta operários, que mudaram para lá com os proprietários, conforme publicação do Jornal Notícia de 25/10/1917¹⁵.

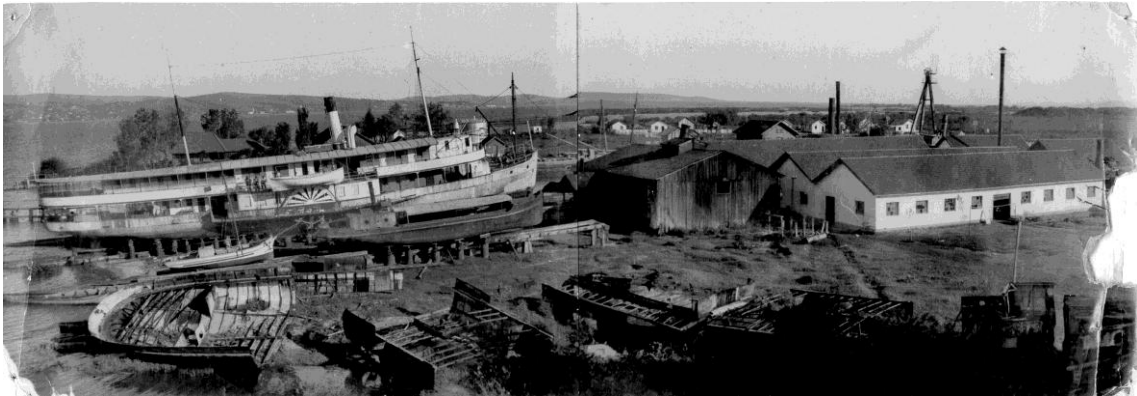


Imagem 8: Ao fundo Vila Operária.
Fonte: AABM (sem data)

Para a ocupação das casas, àqueles com maior número de filhos tinham a primazia, não sendo cobrado qualquer valor a título de aluguel. Ficavam isentos ainda, do pagamento de água, luz e, no inverno para o aquecimento interno das residências recebiam carvão (MABILDE, 2009). Como por essa época, energia elétrica não estava disponível em todos os locais, o Estaleiro dispunha de um gerador que fornecia energia para as máquinas e distribuía para as casas da vila. Às vinte e duas horas soava um alarme indicando que a mesma seria desligada, podendo ser prorrogado caso houvesse trabalhos inacabados no Estaleiro. Em frente à casa do casal Mabilde (Imagem 9) havia uma caixa d'água que armazenava, tratava e distribuía água potável, para as oficinas e residências. Um armazém de *secos e molhados* abastecia as famílias a preço de custo, compensando seus ganhos ao cobrar dos operários graduados, o preço justo. O refeitório oferecia refeições diárias para os operários solteiros e para àqueles que moravam fora da Ilha, evitando deslocamentos. O transporte dos operários que moravam fora da Ilha era de responsabilidade do Estaleiro, e gratuito na Barca Mabilde ou na Lancha Norma. A Vila e as oficinas contavam com uma enfermaria que atendia acidentes de trabalho, realizava suturas, mas também atendia casos particulares nos quais o

¹⁵ Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Jornal Notícia de 25/10/1917

auxílio de um profissional especializado, fosse necessário (GRANT *apud* MABILDE, 2009).

No entanto, o sonho de Emílio era maior e, “já em seu leito de morte”, ainda solicitou aos seus descendentes que regularizassem uma assistência médica para “os seus companheiros de jornada” (MABILDE, 2009, p. 58).

Logo que transferiu sua residência para a Vila, Dona Zezé percebeu a dificuldade que as crianças iriam enfrentar para chegar à escola, pois a mesma localizava-se na parte central da Ilha da Pintada, distante da Vila com muitos obstáculos pelo caminho. Além disso, não havia aulas noturnas para os adultos, a solução pensada foi organizar-se e formar uma aula ali mesmo na Vila.

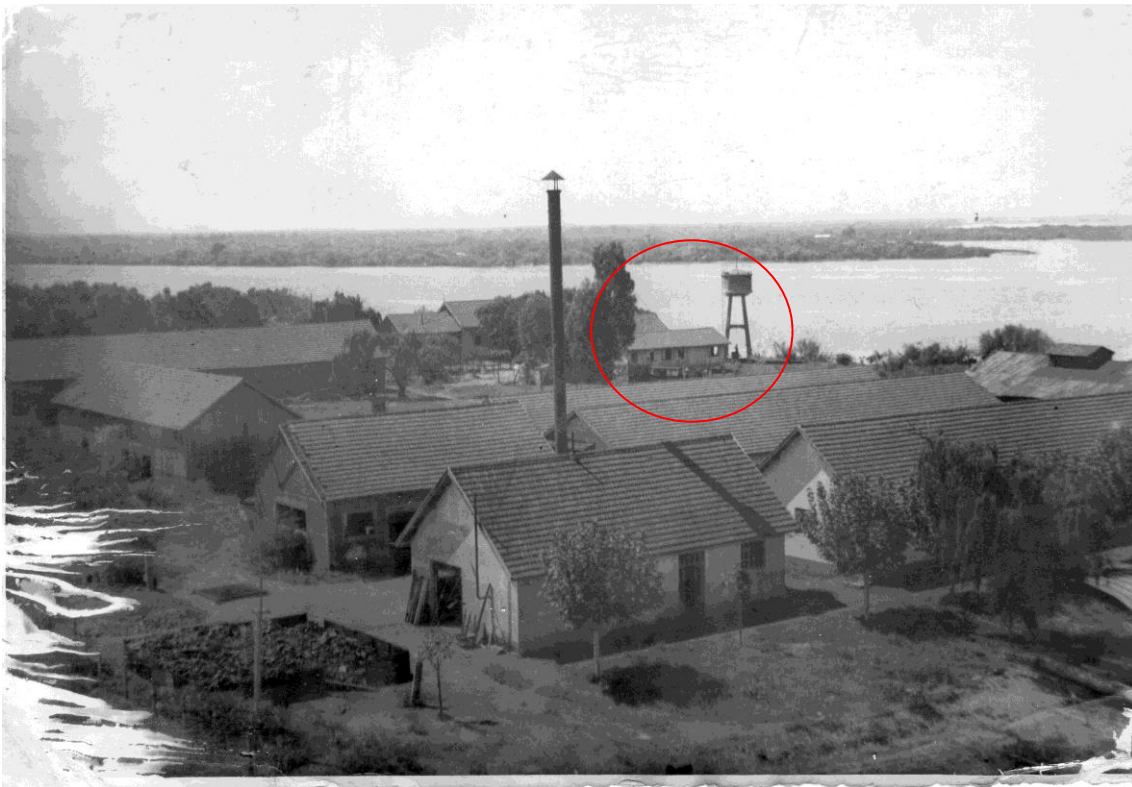


Imagem 9: Em destaque, residência do casal Mabilde em frente a caixa d'água.
Fonte: AABM (sem data)

Concomitante ao tempo em que a Vila está sendo construída há no Brasil uma discussão trazida pelos estrangeiros que aqui aportavam, sobre a falta de uma identidade de classe por parte dos operários, uma vez que em todo território nacional a escravidão estava acabando. A maioria dos patrões não entendeu as mudanças em curso, contratando mão-de-obra cujo salário injusto não satisfazia as

necessidades dos trabalhadores e o número de horas trabalhadas excedia a carga que um indivíduo pode suportar.

Pelo que nos foi dado conhecer a respeito de Emílio cremos que possivelmente apoiasse o movimento operário, pois havia sido um deles, começara sua vida como mecânico. Quem sabe juntamente com sua mulher procurou capacitá-los na busca da identidade procurada? Os operários do estaleiro precisavam unir-se, politizar-se, instruir-se. Ideologias e informações começavam a circular entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros, no entanto, muito da literatura produzida nos círculos operários precisava ser traduzida e interpretada. As aulas com Dona Zezé serviam para alfabetizá-los permitindo que pudessem conhecer e analisar a produção que estava sendo veiculada. Provavelmente, a literatura produzida nos círculos operários da cidade fosse adquirida e analisada, durante as aulas. As idéias em circulação naquele momento, no meio proletário, eram de cunho socialista ou anarquista e em ambas as correntes a maior preocupação era informar sobre a situação do operariado do centro do país e além fronteiras, denunciando a exploração, reforçando a oposição dos interesses entre operários e a burguesia, mas também divulgando conquistas (BILHÃO, 2005). Os operários brasileiros ao alfabetizarem-se faziam circular as informações numa troca constante entre os grupos, já os estrangeiros traziam a memória das lutas históricas empreendidas no processo identitário dos trabalhadores. Para Isabel Aparecida Bilhão (2005),

[...] nas bibliotecas sociais, no interior das oficinas e fábricas, nos bares e cafés, nas alfaiatarias e barbearias [...] – os operários liam, trocavam impressões, apropriavam-se de ideais e as retransmitiam a novos interlocutores, compartilhando, em diferentes medidas, sua identificação como operários (BILHÃO, 2005, p. 182).

Talvez o casal não comungasse das ideologias do proletariado, mas devido à formação recebida, possivelmente acreditavam que aqueles trabalhadores merecessem uma vida mais equilibrada, melhores condições de trabalho e reconhecimento por tudo que produziam. Esta visão do social não livrou o estaleiro de paralisações, greves como as que ocorreram em 1908, por haver Emílio Mabilde, demitido o contra-mestre da *officina* e a de 1917, greve geral dos operários devido ao aumento da exportação de alimentos para a Europa em virtude dos conflitos que originaram a Primeira Guerra Mundial. Emílio identificava-se plenamente com seus

operários, considerava-se um deles, segundo Adriano Ballejos Mabilde (2009). A Revista de Commercio e Indústria do Rio Grande do Sul¹⁶ menciona que em seu leito de morte Emílio Mabilde, referiu-se a eles (operários) como “seus companheiros de lutas”, artigo publicado em 28 de fevereiro de 1919.

Provavelmente, o empresário Emílio Carlos Oscar Mabilde represente para os seus “companheiros” (Imagem 10) o operário bem sucedido. Um líder cujo exemplo deveria ser seguido. “O imaginário [...], é construtor de identidades [...], aponta semelhanças e diferenças no social” (PESAVENTO. 2003, p.43).

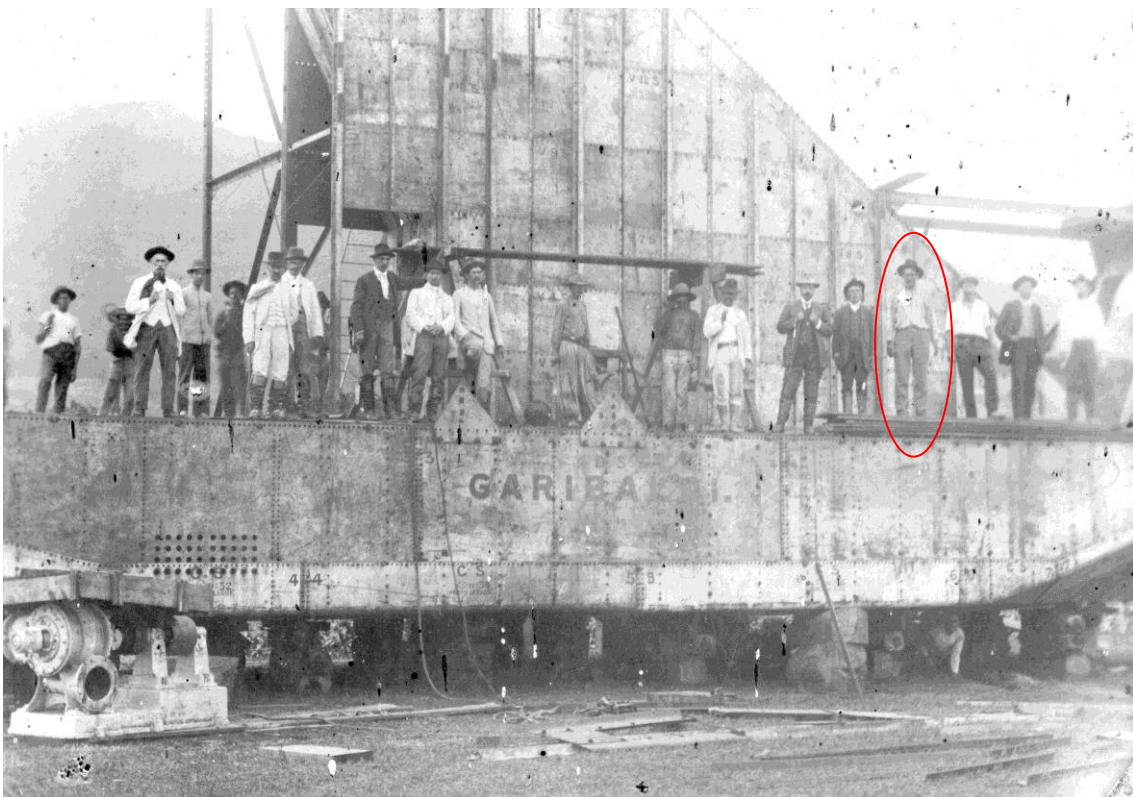


Imagem 10: Em destaque, Emílio entre os operários, possivelmente no ano de 1915.
Fonte: AWMD

A empresa de Emílio compunha-se de indivíduos com etnias diversas, eram belgas, espanhóis, negros, alemães e etc, que ao se transferirem subvertem a calma e tranqüilidade dos ilhéus. Para os moradores da Ilha essas pessoas eram “os outros” que invadiram seu espaço. Laraia (2009) menciona que, “[...] a chegada de um estranho em determinadas comunidades pode ser considerada como a quebra

¹⁶ Revista de Commercio e Indústria do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1919. Acervo pessoal de Werner Mabilde Dullius

da ordem social [...]” (p.73), e possivelmente era, o casal e seus operários construía uma estrutura que atendia as suas necessidades, a Vila se bastava.

Os moradores da Ilha por sua vez eram homens simples, pescadores, tambeiros, agricultores e artesãos que comercializavam seus produtos no centro da cidade. Descendiam de açorianos, em sua maioria, cultivavam uma identidade e uma tradição próprias de sua região de origem, viviam próximos ao centro comercial e industrial da cidade, mas permaneciam isolados procurando preservar seu imaginário social e suas representações identitárias (PESAVENTO, 2003). A comunidade da Pintada dispunha de uma Capela, dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem, delegacia de polícia, escola, praça central, algum comércio e, segundo os moradores atuais, havia também espaços de sociabilidade onde eram realizadas festas, ou reuniões para discussões diversas.

Os trabalhadores do Estaleiro formavam uma rede de solidariedade e sociabilidade, a parte. No seu convívio, por estarem muito próximos sempre encontravam motivos para confraternizações. Praticavam jogos atléticos e, também futebol no Grêmio Sportivo Mabilde¹⁷. No carnaval o Bloco das Borboletas realizava bailes “animadíssimos”, havendo ainda noites em que realizavam serenatas (GRANT *apud* MABILDE, 2009). A religiosidade da comunidade era exercida através da fé na padroeira dos navegantes (Nossa Senhora dos Navegantes), entidade cultuada pelos trabalhadores do Estaleiro e suas famílias, com procissão e festa no dia 2 de fevereiro, todos os anos. Outras manifestações da fé popular eram também encontradas, como mencionam os moradores atuais, cultuavam a Umbanda e benzeduras. A imagem original de Nossa Senhora dos Navegantes, não mais existe em seu lugar na gruta do Estaleiro, vemos hoje uma segunda imagem adquirida na década de 1950, conforme informação das senhoras Dona Lourdes e Dona Santa, responsáveis pela aquisição. Uma coletividade pauta seu comportamento através de ideias e imagens de representação coletiva, afirmando sua identidade social distinta com práticas que os legitimam (PESAVENTO, 2003).

Segundo Pesavento (2003), no jogo das correspondências e exclusões, que contrapõe identidade e alteridade, o sentido de “pertencimento” é o ponto central de referência. Os ilhéus¹⁸ sentiam-se originários da Ilha fossem imigrantes ou seus

¹⁷ Revista de Comercio e Indústria do Rio Grande do Sul, 28/02/1919, p.89.

¹⁸ Ilhéu, adj. Que diz respeito às ilhas; s.m. o natural das ilhas. (Fem.:ilhoa). Minidicionário da Língua Portuguesa. Silveira Bueno. Ed. FTD, 1996.

descendentes, os operários que chegaram eram os outros não pertenciam ao lugar. Muito provavelmente, este era o sentimento, pois ainda hoje, os moradores da Vila Operária referem-se aos moradores do centro da Ilha como o *peçoal da Pintada*, como costumam se referir aos demais moradores da Ilha.

Talvez, sendo a identidade uma construção imaginária que permite a identificação da parte com o todo e do indivíduo com uma coletividade, os moradores da Ilha estabeleceram uma diferença com relação ao peçoal da Vila Operária, que passou de geração a geração, chegando aos dias atuais. Essa diferenciação, possivelmente foi estabelecida pela diversidade racial, étnica, e de organização social conseguida pelo grupo em torno do Estaleiro, logo na chegada. Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica, que organiza um sistema a partir da ideia de pertencimento (PESAVENTO, 2003).

É provável, que desfrutando de toda a estrutura que dispunham os moradores da Vila Operária, tivessem pouco contato com os moradores da parte central da Ilha, fato que dificultava a integração, apesar de Dona Zezé encontrar-se entre eles. Muitos dos ilhéus haviam sido seus alunos conheciam bem a família da professora, os demais eram estranhos que os acompanhavam.

4.2 Lembranças e Recordações de D. Zezé e Seu Emílio

As atividades do Estaleiro estavam no auge, transcorria o ano de 1918, quando do falecimento de Emílio Carlos Oscar Mabilde, mais precisamente no dia 8 do mês de agosto. A Vila Operária continuava sua rotina normal, a escola por essa época estava sendo dirigida pela Sra. Bernardina Jardim Soares, filha de um antigo operário do Estaleiro. O espaço que ocupava, no entanto, era maior em uma casa doada para este fim, conforme noticia o Jornal Notícia de 25 de outubro de 1917. Dona Zezé, possivelmente, estava afastada desde o ano anterior, para poder cuidar dos trabalhos domésticos e de seu marido.

Ao falecer, Emílio Carlos Oscar Mabilde provavelmente considerava sua obra incompleta pois, preocupava-se com o bem estar de seus operários, principalmente no que concerne a saúde, por isso solicita a seus descendentes que promovam assistência médica para eles, bem como para suas famílias, fato registrado na Revista do Commercio e Indústria:

[...]. Além de moradia gratuita os operários do Estaleiro Mabilde tem, para si e sua família, assistência médica a cargo do Dr. Antonio da Silva Fróes, sendo os medicamentos fornecidos pela Pharmácia Firmiano de conta dos grandes industriais. No caso de acidentes do trabalho, não querendo ou não podendo tratar-se em casa o operário tem um quarto de segunda classe na Santa Casa de Misericórdia, pago pelo Estaleiro, além de perceber dous terços do salário diário até sua volta ao trabalho (Revista do Commercio e Indústria do RS. 28/02/1919, p. 89).

O Estaleiro continua suas atividades estando na sua melhor fase. Havia por parte do Governo Estadual encomendas de consertos e construção de embarcações, possivelmente entendendo o governo, que a via fluvial era o melhor meio de integração das regiões. As perspectivas para o Estaleiro (Imagem 11) pareciam prósperas, já que existia um projeto para a construção de um canal que ligaria a cidade de Torres, no litoral norte, à Porto Alegre. Tais projetos não se concretizaram e, sendo o Governo Estadual o maior cliente do Estaleiro, há uma diminuição na demanda por serviços, iniciando grandes dificuldades financeiras, a partir de então, começa uma nova fase.

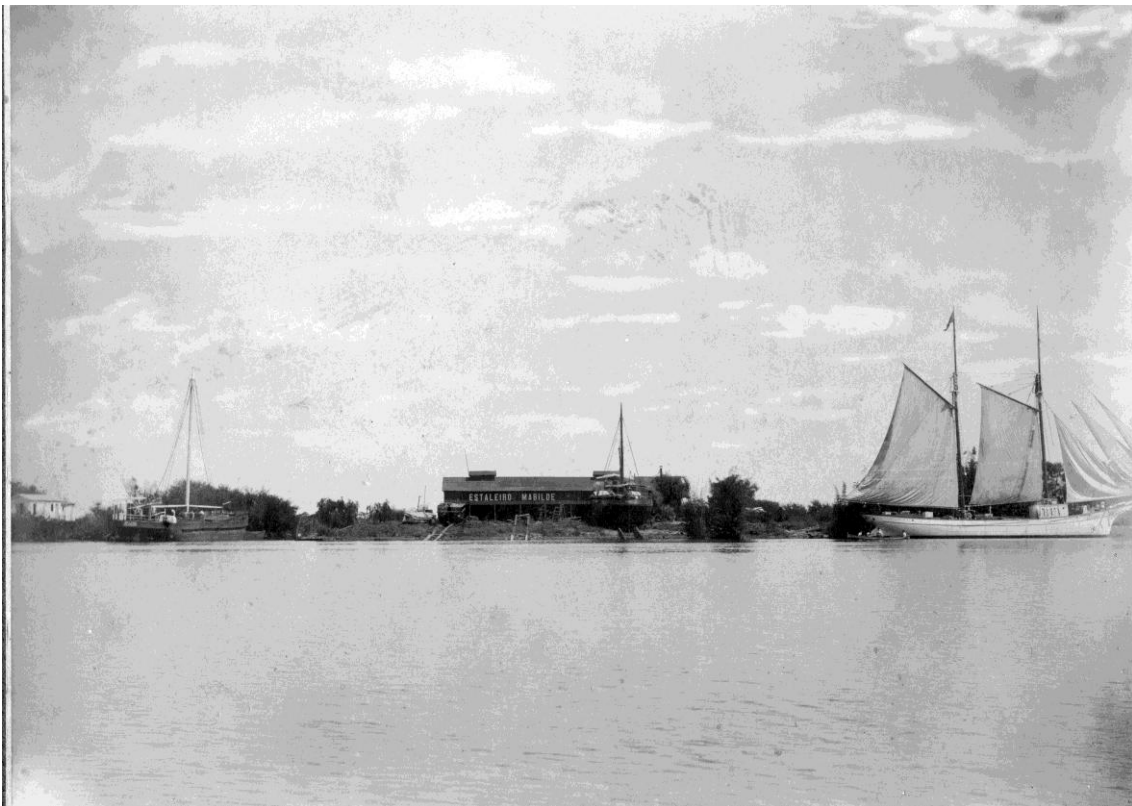


Imagem 11 Estaleiro visto do Guaíba.
Fonte: AABM (sem data).

Em 1941, abate-se sobre a Ilha e a capital uma enchente (Imagem 12) de grandes proporções. O Estaleiro é completamente invadido pelas águas e como as dificuldades já se faziam presente, agravou-se a situação com a perda de material e parte das instalações.



Imagem 12: Ilha da Pintada durante a enchente de 1941.
Fonte: AABM

A professora Maria José, agora com idade avançada encontrava-se doente, mas com o firme propósito de não abandonar seu lar ou a ilha. Sua nora Yolanda, registra esse momento, como segue:

Quando veio a enchente de 1941 vó Zezé estava muito mal e era seu desejo morrer na ilha. A água subiu e ela foi para minha casa que era mais alta. Eu e Leonelina cuidávamos dela. Mas a água subiu mais e já estava dentro de casa, pelos joelhos, e nós quando entrávamos no quarto dela, andávamos bem devagar para ela não ouvir o barulho da água. Mas a água subiu mais ainda e tivemos que sair de lá. Tomamos um barco e atravessamos o rio. Atracamos na escadaria dentro do saguão do Grande Hotel. Fomos todos para a casa do Dorvalino, na Duque de Caxias. Era uma casa enorme. Ficamos lá, [...]. Vó Zezé faleceu lá, junto a todos nós. [...] (MABILDE, 1997. p.19).

Maria José Fróes Mabilde (Imagem 13) faleceu em 7 de maio de 1941, sendo sepultada no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia junto a seu marido Emílio Carlos Oscar Mabilde. Dois anos depois o estaleiro é vendido continuando a administração sob a direção da família. A Vila Operária não apenas continua, mas cresce abrigando agora outros migrantes que chegaram com os compradores.

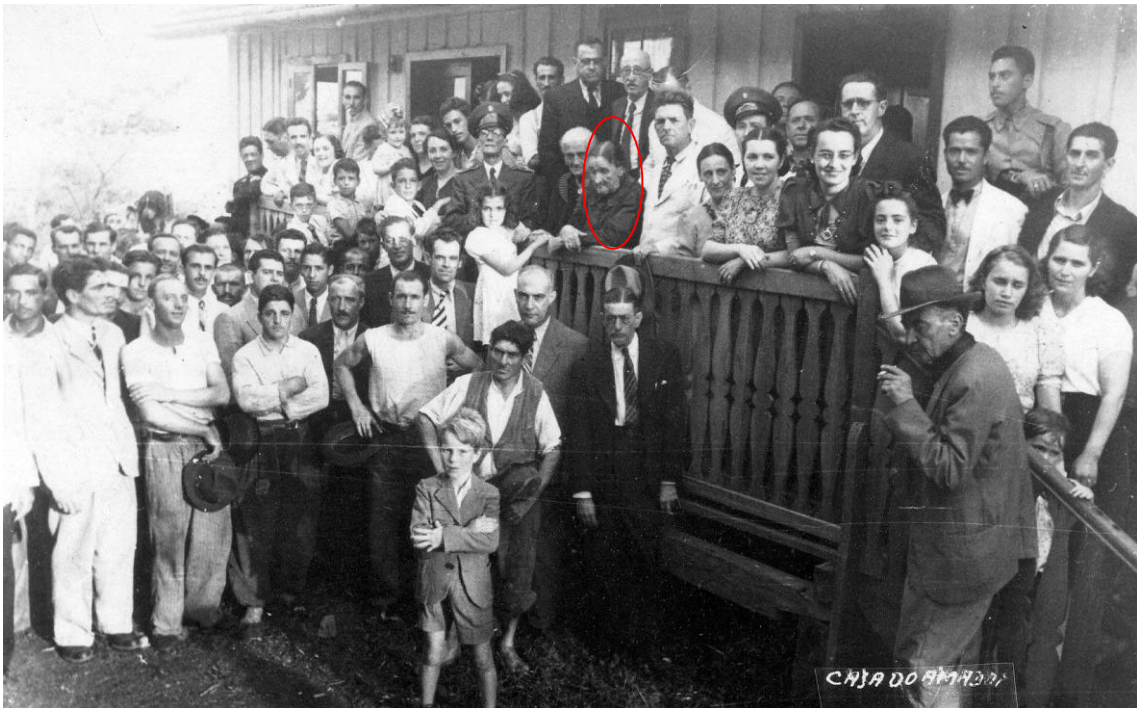


Imagem 13: Em destaque, Dona Zezé durante a inauguração do retrato do Pres. Getúlio Vargas, ano de 1941, pouco antes de seu falecimento.

Fonte: AJAFM

Do estaleiro vemos hoje apenas a estrutura física dos prédios que permaneceram erguidos, a Vila, no entanto, está maior e mais populosa do que antes, com novas gerações que “conhecem por ouvir falar” de Dona Zezé e seu Emílio. A memória coletiva é distinta da história, “não retém do passado senão o que ainda está vivo, ou que seja capaz de reviver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS. 2011, p.102). A memória dos grupos por vezes, esquece fatos e personalidades antigas, não por indiferença, mas porque aqueles que eram os guardiões das lembranças desapareceram, no entanto, na Vila Operária a memória do casal é preservada através da Escola que leva o nome da professora Maria José Fróes Mabilde. A comunidade escolar faz questão de conservar a história daquele pedaço da Ilha, por isso, várias são as oportunidades em que pais e

avós são convidados para relatar em “rodas de memória” o modo como a Vila foi construída e que atividades eram desenvolvidas pelo Estaleiro. O corpo docente acredita que essas atividades de rememoração, mantenham vivas as origens do lugar e fortaleçam o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os teóricos, quaisquer lembranças que envolvam o passado por mais que pareçam individuais próprias de apenas uma pessoa envolvem o contexto vivido, como parte da estrutura de um grupo ou coletividade. Sendo assim, os fatos narrados sobre a professora Dona Zezé e seu marido, socorrem-se da memória do grupo familiar e da comunidade da Vila Operária. Quando recordamos apoiamo-nos em um conjunto de memórias que solidariamente se complementam criando representações de pessoas, fatos, fazeres e saberes que pretendemos registrar. Para a História a escrita do passado pressupõem a realidade do que aconteceu, entretanto, ao reescrever o acontecido o historiador procura, a partir da imaginação dar a conhecer e identificar as representações, atribuindo-lhes signos e reconfigurando a realidade temporal transcorrida, não projetando o que realmente aconteceu, uma vez que o distanciamento no tempo não permite. Os signos são registros que expressam idéias, realizadas construídas que reaparecem através dos tempos, já que registros humanos não desaparecem. E assim, os fatos históricos são selecionados, ampliando aquilo que a coletividade considera cultural, uma vez que tudo que é registrado será catalogado no espaço e no tempo. Escolas, assim como, museus guardam a memória e a ancestralidade das comunidades. A escola da Vila Operária realiza projetos que envolvem a comunidade escolar procurando manter viva a história da Vila e do casal Mabilde. Entre as ações desenvolvidas está a realização de Rodas de Memória que reúnem os alunos, sejam crianças ou jovens, com antigos moradores da Vila Operária. Esta estratégia congrega diferentes gerações de moradores da região e, tem como objetivo compartilhar experiências, na tentativa de aproximar os mais jovens da herança cultural e social do espaço. Rememorar acontecimentos passados e compartilhá-los traz consigo a preocupação de marcar e lembrar fatos e acontecimentos, pois é um modo de não deixar esquecer, de permitir que tais recordações não desapareçam. Quem sabe assim, este é o modo pelo qual os mais velhos vão despertar nesses estudantes um sentimento de pertencimento e identidade relativo a este lugar de memórias, como conceituado por Pierre Nora (1993).

Sendo assim, atualmente os moradores da Vila Operária sentem-se identificados e pertencentes, ao lugar e herdeiros da história e memória de outros tempos. Os mais velhos, no entanto, não cansam de mencionar que assim

aconteceu suas memórias de infância confundem-se com as de seus pais e avós, criando uma representação de prosperidade e cultura para os primeiros moradores da Vila.

Maria José Fróes e Emílio Mabilde representam a própria Vila, sua história e trajetória, com as dificuldades e os progressos. Idealizaram algo que transcende sua existência, a Vila Operária, mesmo ausentes estão presente, na memória dos mais velhos e na trajetória que os mais jovens estabelecem para suas vidas. Representam o patrimônio material e imaterial dos moradores da Vila Operária, preservado pela Escola e pelas edificações ainda presentes na comunidade, mas acima de tudo pela difusão de suas realizações, juntamente com a primeira leva de operários que lá se seguiram. Pioneiros no movimento de alfabetização e identificação de uma classe.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Camara. **A Instrução Pública e o Ensino Mútuo no Brasil: Uma história pouco conhecida (1808 -1827)**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas/RS (1): 115 -133, abr.1997.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Departamento de História, UFRGS. Porto Alegre, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. **Fontes Históricas: Grandezas e Miséria da Biografia**. Editora Contexto. São Paulo/SP.2005, p.204

BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brazil 1823. Imprensa Nacional. Parte II. Rio Janeiro. Tipografia Nacional, 1887.

BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1825. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1885.

CASTANHA, André Paulo. **Escolas Normais no Século XIX: Um estudo comparativo**. Unioeste Campus de Francisco Beltrão/PT Revista HISTEDBR on-line. Artigo.n.32, p.16-36, dez.2008 – ISSN: 1676-2584.

_____. **Iniciativas Estatais de Formação Docente no Século XIX: as experiências da Escola Normal**. 1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana da Pedagogia. 11, 12 e 13/11/2008. UNIOESTE. Cascavel/PR.

_____. **1827 – 2007: 180 Anos da Primeira Lei Brasileira sobre a Escola Primária**. Cascavel- PR: Unioeste, 2007. V.1.

CHAGAS, Mário. **Memória e Poder: dois movimentos**. ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Cadernos de Sociomuseologia nº 19. 2002.

CURY, Marília Xavier. **Novas perspectivas para a Comunicação Museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus**. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, v. 1, p. 269-279, 2009

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. **O Campo Religioso e a Formação de Trabalhadores**. História da Educação. ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas/RS (1): 99 – 113, abr. 1997.

DULLIUS, Werner Mabilde. **A descendência de Laurent Louis Mabilde e sua esposa Elisabeth Petronilla Georgina Booth**. Porto Alegre/RS. 20 de out. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. Editora Centauro. São Paulo/SP.2011. Museologia. nº 5, 1996.

HEINZ, Alfredo. **Maristas no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Evangraf, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. 24ª Edição, Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, tradução Bernardo Leitão. Campina, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil**. Del Priore, Mary (org.). 5ª ed. São Paulo: Contexto. 2001.

MABILDE, Adriano Ballejos. **Estaleiro Mabilde: As Relações com os funcionários e o Estado (1896 – 1943)**. Dissertação PUC/RS.2009.

MABILDE, Yolanda de Freitas. **Reminiscências da Família**. G&W Artes Gráficas Ltda. Porto Alegre/RS. 1997.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

PANOFSKI, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. Tradução: Maria Clara F. Keenese e J. Guinsburg. São Paulo. Perspectiva. 2012 (Debates; 99).

PESAVENTO, Sandra Jatay. **História & História Cultural**. Belo Horizonte/MG, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Tradução de Cláudio Marques. Editora Record. Rio de Janeiro/São Paulo. 3ª Ed. 2012.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: A História de uma Liderança Étnica (1868 – 1950)**. Coleção ANPUHS. Editora Oikos. São Leopoldo/RS. 2006.

SILVA, Raquel Padilha da. **A Instrução no Império e no Rio Grande do Sul**. Biblos, Rio Grande/RS, 19: 83 – 94, 2006. Disponível em [HTTP://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm](http://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm) - Acesso: 05/05/2015 às 21h51min

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Práticas de Gestão e Feminização do Magistério**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p.609-634, set/dez. 2005.

_____. **Política de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais**. Educação, Porto Alegre, n.2, p. 173 – 181, mai/ago, 2008.